

O QUE A EDUCAÇÃO PARA TODOS MUDOU NO CURRÍCULO, NA ÁREA DA INCLUSÃO, DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFRGS-ENTRE 1986 A 1995.

RAFAEL MARTINS FARIAS¹; MARIA ELIZETE INÁCIO²

¹Centro Universitário Leonardo da Vinci – martinsfarias.rafael@gmail.com

² Centro Universitário Leonardo da Vinci – marilizinacio@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar as mudanças do currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, na área da inclusão e formação de professores, em quatro momentos, dos anos de 1986 a 1995, considerando-se como ponto de partida o ano de 1986, ano posterior ao encerramento da ditadura militar no Brasil; o ano de 1988, data marcante em nosso país pelo inicio da nova Constituição Federal/CF; o ano de 1990, quando ocorreu a elaboração do documento "Educação para Todos" e por fim o ano de 1995, ano posterior ao Tratado de Salamanca (1994), completando 10 anos para análise de currículo, objeto desta pesquisa, bem como verificar se houveram adaptações nesse currículo após cinco anos do pacto de universalização da educação.

Com relação a universalização da educação, eixo norteador dessa pesquisa, após a Assembleia Constituinte de 1988 os novos movimentos sociais, dentre os quais o movimento político das pessoas com deficiência, saíram do anonimato e, na esteira da abertura política, uniram esforços, formaram novas organizações, articularam-se nacionalmente, criaram estratégias de luta para reivindicar igualdade de oportunidades e garantias de direitos. (LANNA JUNIOR, 2010)

Outrossim, o artigo 208 da CF/88 em seu inciso III nos diz que é “dever do Estado com a educação mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Após dois anos da promulgação da Constituição Federal, a adaptação dos docentes foi organizada com cursos de formação continuada no âmbito da inclusão, assim como a Declaração Mundial de Educação para Todos, de Jomtiem, passa a influenciar as políticas da Educação Básica no Brasil.

A reflexão nos anos analisados, via periódicos, do currículo da Pedagogia da UFRGS, mostrou uma defasagem na matriz curricular do curso por parte da Universidade, no que concerne aos conteúdos teóricos, os quais os discentes necessitavam, assim como as vivências no âmbito da educação especial dentro do espaço acadêmico durante a licenciatura.

2. METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos neste artigo, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que suas variáveis não podem ser traduzidas em números (COLLIS; HUSSEY, 2005), assim como descritiva visto que “o processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo”. Como material de apoio para fazer a análise dos quatro eixos

norteadores foram utilizados os periódicos curriculares da Universidade chamados "coletânea de currículos", estes lançados a cada ano, com as informações históricas para o acervo permanente da instituição objeto desta análise. Os quatro eixos supracitados são, na ordem cronológica: A situação da educação especial pós-ditadura na Pedagogia da UFRGS (1986-1987); As adaptações após a Constituição de 88 (1988-1989); O "Educação para Todos" não tão especial (1990-1993); A Declaração de Salamanca e a estagnação do currículo (1994-1995). O espaço temporal utilizado para a análise dos periódicos do referido curso foram de dez anos, utilizando o período dos anos 1986 a 1995. O contexto utilizado para o estudo foi o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio grande do Sul. Foram utilizados com fundamentação teórica os periódicos institucionais, a legislação, assim como os autores Conceição, Perovani e outros que se fizeram necessários para análise investigativa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No momento em que essa pesquisa foi idealizada, o resultado esperado das análises era um currículo progressivo, com as disciplinas de educação especial sendo introduzidas de maneira gradativa no âmbito dos cursos de licenciaturas, a partir que políticas internacionais e tratados que foram firmados durante os dez anos analisados. Entretanto, o que se viu foi uma estagnação do ensino da educação especial no curso de licenciatura em Pedagogia da UFRGS de 1986 a 1995, desconsiderando a legislação nacional e tratados internacionais relevantes para as pessoas com deficiência, como os ocorridos, por exemplo, no *Educação para todos*, em 1990, com o propósito universalização da educação e o princípio de que todas as pessoas devem ter acesso a educação, e que os governos devem ter obrigação de garantir tal acessibilidade; e a Declaração de Salamanca em 1994, que convoca todos os governantes de países que compõem o colegiado da ONU para que um acordo universal propicie acesso à educação especial e seja firmado a nível político, educacional e organizacional.

4. CONCLUSÕES

A reflexão nos anos analisados do currículo da Pedagogia da UFRGS, mostra uma defasagem na matriz curricular do curso, e na opinião dos autores, um descaso por parte da universidade com os discentes que necessitavam não só da parte teórica em seu currículo, mas das vivências na área, que lhe foram privadas por um currículo que não lhes dava a opção de estudar a educação especial. Percebemos, pelas análises, que não havia tanto empenho da instituição educacional na preparação dos futuros professores para a atuação na educação especial, que pudesse auxiliar no que lhes aguardava dentro das escolas e espaços escolares. Se passaram quase 25 anos do período de análise, e nossa realidade com relação a pessoas com deficiência de qualquer tipo praticamente não mudou. Hoje há políticas públicas educacionais voltadas para a pessoa com deficiência, porém a maioria dos espaços na sociedade, bem como as pessoas não se sentem ou não estão preparados para lidar com tal situação, seja no trabalho, escola ou no cotidiano, assim como, percebeu-se que falta pró-atividade de alguns de entender o processo da inclusão no espaços escolares



regulares, e ser empático com estes sujeitos que, mesmo com tudo que está posto na legislação, ainda não são tratado como um igual.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Catálogo dos cursos de graduação: currículos. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Volume 2. 1987.

Catálogo dos cursos de graduação: currículos. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Volume 2. 1988.

Catálogo dos cursos de graduação: docentes/disciplinas. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Volume 3. 1989.

Coletânea de currículos. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Volume 3. 1986.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração:** um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONCEIÇÃO, Luiz Henrique de Paula. **Educação para todos:** a construção de políticas, cultura e práticas inclusivas a partir de um estudo de caso sobre um estudante com deficiência na escola comum. São Paulo: USP, 2014.

Cursos de Graduação: currículos. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. 1993.

Cursos de Graduação: currículos. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. 1994.

Cursos de Graduação: currículos. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. 1995.

Cursos de Graduação: unidades, docentes, disciplinas. Área III. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. 1992.

Guia Acadêmico e Cursos de Graduação. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. 1990.

Guia Acadêmico e Cursos de Graduação. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Volume 2. 1991.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia científica para a segurança** 1a.ed. Paraná: Juruá Editora, 2014.